

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
I SEMINÁRIO NACIONAL DA PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Fronteiras do pensamento e desafios teórico-metodológicos nas Ciências Sociais

31 de Maio a 03 de Junho de 2011

GT-05: Representação, Participação e Deliberação: Desafios para a Teoria Política no Século XXI

Título: *As Elites Empresariais e o Estado: Intermediação de interesses, discursos e estratégias de poder numa fração do Estado brasileiro — o caso do Movimento Empresarial Espírito Santo em Ação*

Alyne S. Gonçalves¹

Marta Zorzal e Silva²

Resumo: Em meio à crise política vivida pelo estado do Espírito Santo na virada dos anos 2000, emergiu uma organização civil que desde então pretende ser referência para o pensamento empresarial e instância de representação qualificada do setor privado no âmbito estadual. Neste artigo analisamos algumas características, objetivos e estratégias de ação do Movimento Empresarial *Espírito Santo em Ação*, com ênfase sobre o papel político que ele vem desempenhando junto ao Governo e no contexto da sociedade civil capixaba. Por meio dos discursos de cinco lideranças, observamos que a organização explora a ideia de uma histórica exclusão política do grande empresariado do processo de tomada de decisões públicas, bem como a necessidade de articulação civil para o desenvolvimento da sociedade como um todo, indicando um movimento de construção de hegemonia de classe na formulação de um projeto político de caráter mais geral e abrangente por parte do empresariado industrial.

Palavras-chave: Empresariado, organização civil, intermediação de interesses, hegemonia de classe, *Espírito Santo em Ação*.

¹ **Alyne S. Gonçalves** é Mestre em História pela UFES e pesquisadora do LEP-NEPCS-UFES. E-mail: alyne.azul@ig.com.br

² **Marta Zorzal e Silva** é doutora em Ciência Política pela FFLCH-USP/SP, professora do Departamento de Ciências Sociais e dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais (CCHN) e em Saúde Coletiva (CCS), coordenadora do Laboratório de Estudos Políticos – LEP vinculado ao Núcleo de Estudos e Pesquisas em Ciências Sociais LEP-NEPCS-UFES. E-mail: mazorzal@uol.com.br

Introdução

As últimas décadas do século XX marcaram um tempo de significativas mudanças, no Brasil, tanto por crises econômicas e políticas como também por profundas mudanças no regime econômico e na esfera político institucional, que redefiniram o padrão de relações vigente tanto entre Estado e Mercado como entre Estado e a Sociedade civil. Essas transformações ocorridas no papel do Estado resultaram de um longo processo de reorganização da sociedade civil e das suas formas de relação com o Estado que se acelerou, especialmente a partir dos anos oitenta, conduzindo a transformações institucionais, jurídicas, administrativas e no pacto federativo.

A democratização da vida política e a reconstrução institucional estiveram no centro do debate na agenda nacional. Ao mesmo tempo as lutas em torno dos impasses e dilemas da construção da cidadania na dinâmica societária brasileira se materializaram nas tramas pelo “reconhecimento do direito a ter direitos” TELLES (1994), cuja centralidade permeou o debate na arena política e acadêmica deste período. A luta por participação da sociedade civil e a luta por direitos de cidadania marcou o final dos anos 70 e a década de 80 com mobilizações e protestos pelo fim do regime ditatorial e pela redemocratização do país, culminando no surgimento dos chamados “novos movimentos sociais” caracterizados por ações coletivas no âmbito societal, em que as associações e grupos buscavam se posicionar de forma autônoma em relação ao Estado

Os movimentos sociais destes tempos tiveram o seu papel reconhecido por grande parte dos analistas, tanto pela sua contribuição na transição à democracia, quanto pelo seu papel na definição dos próprios parâmetros da democracia. Isto é, as próprias fronteiras do que deve ser definido como arena política: seus participantes, instituições, processos, agenda e campo de ação. Como nos diz DAGNINO (2002), as contestações culturais dos movimentos sociais, embora possam ser fragmentárias, plurais e contraditórias, não devem ser vistas como subprodutos das lutas políticas, mas como constitutivas dos esforços dos movimentos sociais para redefinir o significado e os limites da própria política.

Já na década de 90, no contexto pós-democratização, as práticas político-culturais dos movimentos de participação societal, dirigiram-se muito mais para a gestão de políticas do que para a oposição política. Este movimento marcou práticas de inovação democrática com a criação e implementação de experiências participativas nas administrações locais, via Orçamento Participativo e, nas demais esferas, via Conselhos Gestores de Políticas Públicas, cujos atores e organizações da sociedade civil passam a se relacionar mais diretamente com o sistema político, embora tenha se caracterizado como um processo extremamente fragmentado.

Os novos espaços públicos de participação, criados, sobretudo a partir da Constituição de 1988, tinham como perspectiva, de seus principais porta vozes, se constituírem em formas de oxigenação do sistema político tradicional, de monitoração dos governos e de promoção de processos de deliberação coletiva, orientados pelo pressuposto de complementaridade entre os mecanismos da democracia representativa e da democracia participativa (DOIMO, 1995, DAGNINO, 1994, ALVAREZ, DAGNINO, ESCOBAR, 2000; AVRITZER, 2006, 2008).

Não obstante, a literatura ter apontado para o fato de que a simples criação de arranjos participativos não seria suficiente para qualificar a democracia que se constrói nos marcos das chamadas “experiências inovadoras de gestão”, a abertura de canais participativos estimulou uma demanda por participação sem precedentes na história política brasileira. Embora tenha se destacado que a participação não é uma variável em si, uma vez que os processos participativos, desenvolvidos em contextos sócio-culturais e políticos próprios, podem se traduzir em diferentes níveis de interface entre sociedade civil e Estado, essas questões ainda não foram suficientemente investigadas, por isso vêm crescentemente despertando atenção. Nestes termos, os espaços públicos por estarem inseridos em contextos marcados por tendências e influências diversas, podem tanto se configurar como uma interação comunicativa reflexiva e emancipadora, como também podem agir na manutenção de uma sociedade autoritária e excludente.

Mais recentemente, considerando as mudanças introduzidas pelas reformas político-institucionais, pós-democratização, que de um ponto de vista mais abrangente significou a reordenação do sistema político brasileiro, na medida em que reorganizou tanto as instituições políticas e as regras para as competições eleitorais como também o comportamento político e os padrões de interação política (AVRITZER, 2006), a agenda de investigações tem se direcionado para outros temas. No que concerne aos padrões de interação política, tendo por foco a participação social na vida pública a agenda de pesquisa tem se desdobrado em pelo menos em duas grandes vertentes. De um lado, tem focalizado os novos desenhos institucionais produzidos como efeitos tanto da institucionalização da participação — conselhos gestores, fóruns participativos, orçamento participativo —, como das práticas inovadoras que vem contestando e simultaneamente redefinindo as formas de interação entre Estado e Sociedade (LUBAMBO, COELHO & MELO, 2005; AVRITZER, 2008). De outro, têm se voltado para as questões relativas à ação dos cidadãos nos processos participativos, problematizando a relação entre participação e representação, protagonismo e efetividade da participação, entre outros aspectos. Nesse âmbito, um dos focos tem sido a *legitimidade da representação* exercida por organizações da sociedade civil, ONG's, movimentos sociais, entre outros, e o caráter do controle social ou *accountability* social, gerada pela multiplicação de interfaces de contato

institucionalizado entre o poder público e interesses sociais organizados e representados por essas organizações (LAVALLE & CASTELLO, 2008; LÜCHMANN, 2008; HOCHSTETLER & FRIEDMAN, 2008).

Por outro lado, se pensarmos, porém, em termos dos processos de organização e articulação de interesses, isto é, nas condições e maneiras que as diferentes classes sociais encontram para definir, formular e mediar seus interesses frente ao poder público, veremos que as mudanças ocorridas como resultantes desse processo de transição à institucionalidade democrática, no Brasil, não significaram uma ruptura com o padrão pretérito de articulação e mediação de interesses, sobretudo na direção entre Estado e mercado.

A trajetória do processo de constituição e mediação dos interesses vinculados ao mercado é ilustrativa nesse sentido. Desse modo, desde os anos 1930, quando o empresariado industrial conquistou maior espaço de manobra e negociação antes ocupado por interesses tradicionais – especialmente, agro-exportadores –, até pelos menos os anos 1990, com o processo de liberalização da economia e reforma do Estado, este ator coletivo seguiu reproduzindo um padrão de relação com o Estado caracterizado pela *negociação compartimentada* e, por outro lado, pela interlocução privilegiada com a máquina estatal. Em outras palavras, as comunicações entre Estado e empresários do setor industrial foram marcadas durante décadas por duas características: a) negociações setorializadas que redundavam em políticas específicas favoráveis aos ramos demandantes da indústria; e b) pela interlocução direta com o poder executivo, esquivando-se de discussões em arenas legislativo-partidárias e sociais, vale dizer de enfrentamentos políticos na competição com outros interesses para definir prioridades nacionais (DINIZ, 1996).

Como resultado deste processo, destacamos a grande permeabilidade da burocracia governamental aos interesses das classes dominantes como um dos desafios estruturais herdados, e ainda não devidamente confrontados, da constituição do capitalismo brasileiro, bem como do processo de urbanização e diversificação social a ele concomitante, o que contribuiu, em certos casos, para a privatização do Estado, isto é, para o comprometimento de suas funções de planejamento e coordenação no tocante a ações de caráter mais global, envolvendo um grande espectro de interesses (DINIZ, 1996: 66).

Tal permeabilidade pode ser observada no processo de diversificação do sistema de *intermediação de interesses*³ do empresariado brasileiro, ou seja, na proliferação de associações

³ Com base em Almeida (1995), adotamos o termo *intermediação de interesses* em substituição ao conceito de *representação de interesses*, considerando que a organização que ora analisamos não se limita a representar seus associados, pois que, tendo interesses próprios, age com frequência na definição dos interesses de seus membros. A título de exemplo: “(...) [nas] reuniões (...) com os nossos representantes — deputados estaduais, deputados federais, prefeitos, membros do poder judiciário, com o Ministério Público, com o Executivo, enfim, você tem interlocução

setoriais de abrangência nacional ocorrida nos anos 60 e 70, a fim de complementar as funções desempenhadas pelo sistema corporativo oficial dos sindicatos, federações e confederações patronais. Este processo se desenvolveu em estreita interdependência com a proliferação de agências governamentais com funções específicas, destinadas a dar conta de questões cada vez mais complexas do processo de industrialização capitaneado pelo Estado, a exemplo do Conselho Técnico de Economia e Finanças, Conselho Federal de Comercio Exterior, Comissão de Planejamento Econômico, etc. Como consequência, houve a formação de uma rede complexa de articulação entre interesses públicos e privados, redundando na acima referida distorção de certas funções estatais (DINIZ, 1996: 61).

Distorções desta natureza vêm justamente questionar determinadas categorias analíticas da política consideradas neutras, como o conceito de “interesse de grupo”, segundo o qual os espaços para mediação de demandas seriam igualmente acessíveis aos “grupos”⁴ do capital, do trabalho e outros (OFFE, WIESENTHAL, 1984: 61), ou seja, como se o peso de cada organização de classe no tabuleiro político fosse equivalente e, por isso, estivesse em condições igualitárias de poder político para barganhar.

Apesar da abordagem eleita para esta análise, não estamos aqui querendo ignorar as importantes transformações democratizantes ocorridas no país em termos econômicos, políticos e sociais — especialmente no que se refere a *possibilidades* de controle social e inclusão política da sociedade organizada às instâncias decisórias, colocadas por arranjos institucionais inovadores como o orçamento participativo e os conselhos gestores. Tampouco desconhecemos o mérito da pluralidade organizacional da sociedade, fruto da histórica luta de movimentos sociais e organizações civis que, a partir da segunda metade do século XX, passaram a reivindicar maior participação na tomada de decisões, requerendo, para isso, a criação de instituições participativas, novos espaços públicos de debate e deliberação junto ao Estado (COSTA, 2002) e, conseqüentemente, criando novas formas de representatividade (GURZA LAVALLE, 2003).

Entretanto, o que queremos enfatizar neste artigo são as *permanências* que, a despeito de importantes transformações, seguem caracterizando tanto a relação Estado-sociedade quanto o

com todas essas representações que existem aí na sociedade — (...) você pegar um empresário e jogar nesse [meio], se não tiver pelo menos uma pequena passagem por um treinamento, ou conseguir produzir uma leitura mais consistente da realidade isso pode ser até perigoso, inclusive ele pode entrar em fria. É por isso que a gente tem um núcleo de política (...). A parte da política, política e cidadania, todas essas discussões estão lá — que tem representação, inclusive, de várias empresas lá dentro” (Sujeito 02. Entrevista realizada em 15/10/2008). Manteremos, contudo, a denominação *representação de interesses* toda vez em que fizer parte do argumento original dos autores consultados, bem como dos atores entrevistados.

⁴ Para os objetivos de nossa análise, o conceito marxista de *classe social* é mais interessante que o de *grupo social*, uma vez que permite uma maior politização do jogo de interesses que se constituem diante do Estado e no interior da sociedade, uma vez que destaca o caráter diverso — e muitas vezes conflitante — entre demandas e necessidades com enraizamentos socioeconômicos heterogêneos, ao passo que a ideia de *grupo* se mostra mais amorfa do ponto de vista da posição diferenciada em que os indivíduos se encontram na sociedade (cf. POULANTZAS, 1977; OFFE, WIESENTHAL, 1984).

intercâmbio (ou ausência dele) entre organizações civis. Neste sentido, e sem perder de vista o caráter inovador da pluralização de formas de intermediação de interesses para o processo de democratização, não podemos prescindir de uma leitura analítica da entrada em cena desses novos atores sociais sob o ponto de vista dos interesses de classe, de modo a indagarmos, no contexto capixaba, o discurso hegemônico que busca diluir as diferenças sociais em nome de um projeto político supostamente representativo dos interesses da coletividade.

Para tanto, nossa argumentação está organizada em cinco tópicos sendo o primeiro essa introdução. O segundo caracteriza o contexto de emergência da ONG Espírito Santo em Ação e suas estratégias face às mudanças na relação entre Estado e sociedade, em razão da institucionalização da participação. O terceiro mostra, em grandes linhas, a forma como foi tecida historicamente a relação entre o empresariado e o Estado no Brasil, desde os anos de 1930. O quarto busca demonstrar o claro caráter de intermediação de interesses e construção de hegemonia de classe expresso na atuação da ONG Espírito Santo em Ação. O quinto à guisa de conclusões tece algumas considerações sobre as evidências demonstradas.

2. Emergência do Movimento Empresarial Espírito Santo em Ação

Considerando o contexto de mudanças político-institucionais e de institucionalização da participação social, a partir da Constituição de 1988, e a trajetória constituída pelas relações entre o empresariado e o Estado, no Brasil, é que focalizamos nosso estudo no caso de uma organização civil capixaba que pretende ser referência do pensamento empresarial e instância de representação qualificada do setor privado. Trata-se do *Movimento Empresarial Espírito Santo em Ação* (ES em Ação), uma ONG fundada em 2003 no contexto de uma séria crise política envolvendo o governo estadual e determinadas elites políticas e econômicas do Espírito Santo. Diante do descrédito em que as instituições políticas estaduais caíram, sobretudo nas últimas décadas do século findo, a referida ONG nasceu, oficialmente, com o propósito inicial de restaurar os laços políticos e institucionais corroídos no âmbito subnacional de governo.

Em relação ao público alvo ao qual se dirige, define-se como elemento “catalisador de interesses originários de setores empresariais” e “instância de representação qualificada”⁵ dos mesmos. Dada a grande expressão política e econômica gozada por boa parte dos integrantes da organização, a ONG não precisou de muito tempo para tornar-se um dos atores mais destacados e influentes da sociedade civil capixaba nos últimos anos, cujas práticas de intermediação política vêm sendo exercidas na interface com os diversos setores do empresariado local, com outras organizações civis e com o Estado.

⁵ Espírito Santo em Ação. *Visão*. Disponível em <<http://www.es-acao.org.br/midias/pdf/884.pdf>>. Acesso em 23 de setembro de 2008.

A articulação que tem conseguido promover entre as diferentes frações do empresariado (urbano, rural; industrial, de comércio e de serviços) questiona a imagem construída por alguns intelectuais sobre uma classe politicamente fragilizada, carente de unidade, de projeto político e de organização permanente⁶. Corroborando estudos empíricos como os de Diniz (2000) e Mancuso & Oliveira (2006), cujos achados relativizam aquela linha de pensamento, nossa pesquisa mostra que o *ES em Ação* busca organizar o empresariado local para além dos limites das estruturas corporativas (sindicatos, federações, confederações e associações de classe), de modo a superar a setorização de interesses, visando uma participação política sistemática e qualificada nas diferentes instâncias de tomada de decisões públicas.

Para tanto, analisamos, à luz da literatura consultada, os discursos expressos por cinco dos 16 membros-fundadores do Movimento. Estes evidenciam, entre outros aspectos, a natureza da organização, seus principais interesses, sua relação com o Estado capixaba e a rede social na qual o Movimento está envolvido. Ademais, pesquisamos estes mesmos aspectos em documentos produzidos pelo grupo (relatórios anuais de atividades, estatuto social, opinião veiculada pela imprensa) e disponibilizados especialmente no *site* da organização.

Contrapondo os discursos produzidos e as práticas veiculadas, despertou nossa atenção o *formato organizacional* escolhido pela entidade. Quando o Movimento ES em Ação se propõe institucionalizar-se como *organização não-governamental* (ONG) para dar voz aos *interesses considerados sub-representados* pelos canais tradicionais de representação política (partidos e estrutura sindical oficial) — quais sejam, as reivindicações do grande empresariado capixaba ou que atua em solo espírito-santense —, está *resignificando* a ação de classe a partir de duas inovações institucionais originadas no processo de democratização brasileira, as quais acabam por desviar o olhar do observador desavisado sobre a natureza desta ação, isto é, seu caráter de classe.

Por um lado, temos a autodefinição da instituição como ONG⁷, o que significa uma forma de apropriação e ressignificação do conceito, o qual expressa o caráter amplo, difuso e coletivo das bandeiras políticas geralmente defendidas por este tipo de organização. Segundo Pinto (2006: 656), “... não há dúvida sobre o caráter comprometido da grande maioria destas organizações com causas de justiça social, de fim da discriminação de qualquer natureza, de conservação

⁶ Segundo Mancuso (2007), os maiores expoentes da tese da debilidade política dos empresários nacionais seriam brazilianistas como Schneider (1997a; 1997b; 1998; 2002; 2004), Weyland (1998a; 1998b; 2001), Kingstone (2001), entre outros.

⁷ Como define a Associação Brasileira das Organizações não Governamentais (ABONG, 2007), ONG é “uma organização formalmente constituída, sob o formato jurídico de uma associação civil ou uma fundação, sem fins lucrativos e com o objetivo de promoção e universalização de direitos”. As ONGs, diferentemente dos movimentos sociais, sobrevivem de projetos financiados, geralmente por instituições internacionais ou por agências estatais. A partir de programas pré-estabelecidos, possuem metas a cumprir e devem prestar contas de suas ações. Para tanto, possuem uma estrutura formalizada, com diretorias, conselhos e corpo de funcionários (cf. PINTO, 2006).

ecológica, de direitos humanos.” Nesse sentido, teriam por objetivo principal o *empoderamento* dos públicos aos quais se dirigem, ou seja, estariam empenhadas em equipar os grupos excluídos dos processos econômicos e políticos de instrumentos que os capacitem para o exercício da cidadania. A autora admite, porém, a existência de ONGs dedicadas a encobrir “... atividades do mercado ou até mesmo atividades ilícitas” (Ibidem: 667) – embora as considere como numericamente insignificantes diante daquelas que lutam contra as desigualdades sociais e pela cidadania.

Por outro lado, o formato ONG autoriza a utilização de arenas alternativas de interlocução com o poder público que, embora possam ser lidas como espécies de *atalhos* para a negociação política — “pulando” as etapas do convencimento público da justiça dos interesses defendidos e da competição com outras reivindicações ou projetos sociais na formulação do horizonte coletivo —, estão legitimadas jurídica e historicamente pelas lutas que redundaram na Constituição Cidadã, em favor da formulação e expressão pela própria sociedade organizada de interesses que não conseguiriam participar satisfatoriamente do processo decisório pela mediação do Parlamento, do partido ou do sindicato. O acesso direto de organizações civis ao Estado não deixa de ser, inclusive, uma resposta aos apelos de movimentos sociais e de partidos de esquerda, pela introdução de mecanismos participativos na democracia representativa — incapaz de garantir a *representatividade* desses segmentos no sistema político unicamente por meio do voto.

Desse modo, o ES em Ação apresenta-se, simultaneamente, como um agente capaz de articular interesses empresariais com demandas socioeconômicas mais amplas — desde que identificadas com o tipo de desenvolvimento proposto para o estado —, e que o faz dentro de uma perspectiva de modernização / democratização política, na qual não basta votar, mas é preciso participar direta e ativamente dos negócios públicos, contribuindo na resolução dos problemas coletivos.

A análise que segue pretende redimensionar o foco criado por essa organização empresarial sobre si mesma, enfatizando não as inovações organizacionais que supostamente adota em benefício do alargamento da democracia e da consolidação de um projeto de desenvolvimento socioeconômico de interesse coletivo, mas a ação de classe que desenvolve no sentido de consolidar um protagonismo político capaz de lhe conferir a hegemonia no processo de definição nos rumos do desenvolvimento do Espírito Santo.

3. Empresários e Política no Brasil

Historicamente, os empresários brasileiros abdicaram do protagonismo que naturalmente lhes caberia em um sistema capitalista, na medida em que deixaram de participar de forma decisiva na formulação das diretrizes de desenvolvimento do país. Observando a construção da identidade do empresariado industrial brasileiro entre os anos de 1930 e 1990, Eli Diniz (1996, 2000) constatou que, basicamente, dois foram os fatores que contribuíram para sua condição de classe influente no que tange às políticas econômicas setoriais, influência esta que, contudo, não lhe conferiu posição hegemônica no que diz respeito à formulação de um *projeto* de desenvolvimento capitalista brasileiro.

Em primeiro lugar, temos a forma como o empresariado industrial foi incorporado ao sistema político nacional por parte do Estado autoritário, isto é, num contexto de corporativismo de Estado⁸, quando as associações empresariais, criadas espontaneamente (sem a intervenção do Estado), foram se ajustando à máquina governamental e passaram a ocupar espaços de poder dentro do aparelho de governo, especialmente no âmbito das comissões consultivas e nos conselhos técnicos. Nestas arenas, as negociações se davam entre setores do empresariado e segmentos estatais (negociações bipartites) e se referiam a políticas econômicas específicas, enquanto que a formulação de projetos globais de desenvolvimento era deixada a cargo da burocracia estatal, a qual agia com autonomia (DINIZ, 1996: 58).

O estilo “departamentalizado” de interlocução entre empresários e Estado (negociação compartimentada) foi eficaz no sentido de facilitar o encaminhamento de demandas setoriais junto a agências específicas do aparelho estatal. Em contrapartida, determinou sua marginalização das decisões estratégicas para “... a definição das grandes linhas da política econômica nacional” (DINIZ, 1996: 65), caracterizando a inserção subordinada das elites industriais na construção do capitalismo nacional.

O segundo fator decisivo na constituição da identidade do empresariado brasileiro — complementar ao primeiro — foi o padrão privilegiado de interlocução desenvolvida na interface com o Estado, pelo qual nem os agentes legislativos e partidários, nem a classe trabalhadora participavam das negociações. As razões que explicam o desenvolvimento deste padrão podem ser encontradas na própria história da industrialização brasileira, cujos maiores saltos se deram nos períodos autoritários (1930-45 e 1964-85), quando as decisões estratégicas sobre política econômica foram deslocadas do Legislativo para o Executivo.

⁸ Segundo Almeida (1995), o corporativismo, em sua definição mais consensual, é um sistema de intermediação de interesses caracterizado pelo *monopólio* da representação de grupos funcionais por parte de determinadas organizações (sindicatos, por exemplo), reconhecidas e autorizadas pelo Estado a exercê-lo. Haveria duas famílias de corporativismos: o de Estado e o societário ou neocorporativismo. No primeiro, as associações de interesses são dependentes e penetradas pelo Estado, conforme o modelo adotado no Brasil pelo regime autoritário de Vargas. No segundo, estas associações têm autonomia e penetram o Estado, como resultado de transformações democráticas ocorridas, por exemplo, nos países europeus desenvolvidos.

Por outro lado, essa identidade foi construída sendo defrontada com um operariado domesticado pelo Estado. Desde o princípio da organização da classe trabalhadora, o governo interveio diretamente na conformação de sua estrutura sindical, impedindo a formação de uma classe autônoma e aguerrida, com a qual os empresários tivessem que disputar espaço político. Resultado: “... qualquer plataforma [de articulação de interesses para formulação de políticas públicas] mais abrangente, que incorporasse os interesses dessa classe [trabalhadora], encontraria fortes resistências por parte do empresariado industrial” (DINIZ, 1996: 59).

De ambos os fatores derivam, pois, as dificuldades enfrentadas pelo empresariado nacional de se constituir em *classe para si*, segundo a definição marxista, isto é, sem que sua situação de classe (classe em si), determinada pelo lugar que ocupa na estrutura econômica, seja apropriada pelos indivíduos que a compõem de maneira de demarcar sua identidade e sua posição política em relação à(s) classe(s) oponente(s)⁹. Tais dificuldades podem ser traduzidas, por sua vez, na ausência de propostas políticas de grande envergadura e abrangência, a despeito de ser um ator forte e influente no jogo político.

Em relação à setorização dos interesses, o ES em Ação busca organizar o empresariado capixaba para além dos limites das estruturas corporativas (sindicatos, federações, confederações), de modo a conferir consistência e qualidade à participação política sistemática que pretende desempenhar nas diferentes instâncias de tomada de decisões públicas. Trata-se de um movimento de articulação de consensos sobre objetivos comuns e de mobilização de amplos apoios para atingi-los, empreitada esta que coincide com a tendência nacional de diversificação da representação política empresarial.

Inicialmente limitado a atividades sindicais patronais relativas ao campo das negociações capital-trabalho, o processo de organização do empresariado no Brasil sofreu um processo de diversificação a partir dos anos 60, quando emergiram associações civis dedicadas à defesa de interesses setoriais junto às agências governamentais como, por exemplo, as Associações da Indústria de base, ABDIB, da Indústria Automobilística, Anfavea, e da Indústria de Máquinas, ABIMAQ, entre outras. Estas associações não se opunham ao sistema corporativista oficial, que continuava monopolizando a prerrogativa de intervir nas negociações capital-trabalho (ALMEIDA, 1995: 178).

Já no final dos anos 1980 e início dos 90, surgiram organizações dissidentes do modelo das Federações das Indústrias, como o Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE) e o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI), as quais tiveram como objetivo

⁹ Conforme N. Poulantzas (1977: 57-59).

principal a difusão de ideias e valores associados ao papel do empresariado na transição para a fase neoliberal do capitalismo brasileiro (DINIZ & BOSCHI, 2001).

Após um breve período de esvaziamento e perda de influência destas instituições junto ao empresariado nacional, houve um processo de reestruturação da intermediação de interesses na segunda metade dos anos 90, com a transformação de entidades tradicionais como a FIESP e a CNI e com o surgimento de associações de novo tipo, como a *Ação Empresarial* (RS). A novidade desta instituição está em uma característica que pode ser observada também no ES em Ação, conforme veremos a seguir, qual seja a de se constituir como um movimento sem estrutura formal rígida (cargos fixos e hierarquizados), composto por confederações de diferentes setores empresariais e pelas principais entidades não sindicalizadas, cujo principal objetivo é articular os interesses empresariais, superando as especificidades setoriais e criando uma “vontade comum” capaz de se posicionar de maneira homogênea e organizada nas questões políticas referentes à classe (DINIZ & BOSCHI, 2001).

A necessidade de uma estrutura flexível e dinâmica para responder aos novos desafios empresariais colocados pelas transformações capitalistas do final do século XX é, inclusive, a principal justificativa apresentada pelos entrevistados do ES em Ação para a adoção do formato institucional de ONG. Entretanto, as posições políticas assumidas pelo Movimento nos autorizam a arriscar outras interpretações que vão além do que os discursos e documentos publicados querem mostrar.

Conforme buscaremos demonstrar a seguir, o emprego da ideia de *exclusão política* dos grandes empresários dos processos decisórios capixabas, em termos de representação legislativa e sindical, harmoniza-se muito bem com o objetivo máximo pelo qual a maioria das ONGs é identificada: o empoderamento dos setores sociais marginalizados econômica e politicamente. Por outro lado, a reação empresarial à referida exclusão e também à falência institucional real, então vivida pelo estado do Espírito Santo, traduziu-se na busca por arquitetar amplas *articulações políticas* entre diferentes atores sociais, tanto no âmbito do mercado como da sociedade civil e no setor público. Certamente, coalizões entre atores tão heterogêneos são mais facilmente costuradas a partir de uma postura de entidade *não-governamental* — socialmente mais mista, do ponto de vista dos membros que agrega, e mais difusa, da perspectiva dos interesses que defende —, do que a partir de uma associação de classe, com traços corporativos mais evidentes.

4. Espírito Santo em Ação: intermediação de interesses *versus* processo de construção de hegemonia de classe no ES

O Movimento Empresarial Espírito Santo em Ação foi fundado em 2003 por 16 empresários que, desde então, compõem o Conselho Deliberativo da instituição. Atualmente, cerca de 180 participantes, todos voluntários, e 25 empresas mantenedoras, compõem o núcleo efetivo da ONG (Cf. sujeitos 01 e 03. Entrevistas realizadas em 07 e 16/10/2008).

Dos 16 membros-fundadores, entrevistamos cinco empresários com trajetórias políticas bem diversificadas: dois deles são originários do meio acadêmico – o primeiro, atuando como professor da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e formador de opinião (articulista de jornal e sócio de instituto de pesquisa); o segundo, como professor aposentado da UFES e ocupante de diversos cargos técnicos em administrações da década de 80, além de formador de opinião (sócio de instituto de pesquisa).

O terceiro entrevistado é presidente de um grande grupo empresarial capixaba e declarou não ter tido atuação pública em sua carreira, no sentido de ocupação de cargos eletivos, na estrutura partidária ou na administração pública. O quarto, formado em engenharia civil, além de ter exercido diversos cargos de confiança em administrações estaduais, foi Governador do Estado e, posteriormente, diretor de empreendimentos industriais estratégicos para a economia capixaba. Nosso último ator político é oriundo do movimento sindical patronal, tendo sido presidente da Federação das Indústrias do Espírito Santo (FINDES) e fundador da Associação de Empresários da Serra. Dos cinco entrevistados, apenas um declarou ter militado em partido político (antigo MDB, e depois no PMDB capixaba).

Destas trajetórias concluímos que os referidos atores tiveram (e ainda têm) uma importante atuação política no estado, seja a partir da expressão econômica atingida por seus empreendimentos, seja a partir das inserções na máquina pública que lhes possibilitou construir redes sociais nos mais diversos âmbitos da vida social e política local (partidário, sindical, corporativo, acadêmico / intelectual, etc.). Tais redes são essenciais para uma entidade que pretende organizar e intermediar os interesses da classe empresarial local e, concomitantemente, influenciar na elaboração de políticas públicas dirigidas aos setores empresariais e, de maneira mais ampla, ao desenvolvimento do estado, uma vez que tais redes podem ser traduzidas em apoios e solidariedades de fundamental importância para a composição de seus recursos políticos (poder de negociação, de articulação, de ocupar espaços sociais e políticos diversos, etc.).

Administrativamente, a entidade está organizada da seguinte maneira: *Assembléia Geral*, encarregada basicamente de aprovar (ou não) a proposta de programação anual, o relatório anual de atividades da Coordenação e o balanço de contas; *Conselho Deliberativo*, composto exclusivamente e em caráter vitalício pelos membros-fundadores, e responsável pelas decisões

estratégicas da instituição – especialmente aquelas de caráter político; *Conselho Operacional*, composto pelos membros-fundadores, empresas mantenedoras e coordenadores dos diferentes conselhos setoriais, e encarregado de produzir e aprovar planos de trabalho, normas e procedimentos apresentados pelos Conselhos; e Coordenação, composta por até três membros com funções de direção e representação externa da ONG¹⁰.

Em termos operacionais, a instituição é composta por oito *Conselhos Setoriais*, responsáveis por pensar os problemas relativos às cadeias produtivas do estado (Agronegócio, Comércio Exterior, Florestal, Logística, Pecuária, Petróleo e Energia, Rochas e Turismo) e propor soluções para o desenvolvimento de cada uma delas; e dois *Comitês de Apoio* (um de Política e outro de Ciência e Tecnologia), responsáveis por acompanhar as ações dos Poderes Públicos e da sociedade e funcionar como uma espécie de “ponte” entre eles e a entidade, informando, esclarecendo e convencendo os diferentes atores políticos sobre projetos e programas públicos e privados (Relatório de Atividades 2007/2008; Estatuto Social, 2005).

Os entrevistados destacam como característica que particulariza a instituição em relação aos demais canais de acesso do empresariado a instâncias públicas o fato de beneficiar um público não contemplado pelos canais tradicionais de intermediação de interesses (entidades corporativas e agremiações partidárias). Neste sentido, a entidade utiliza a tese da *exclusão política* para justificar a criação de uma ONG, cuja principal função seria representar politicamente as demandas do setor privado – especialmente dos grandes empresários.

A ideia é ter um fórum do Espírito Santo na política na sua expressão mais ampla, não só o sistema político, o sistema partidário, o sistema eleitoral, mas como se constituem na sociedade os interesses e como é que a gente pode operar esses conflitos. Nós estamos em uma sociedade democrática, nós temos uma profissão de fé com a democracia, com a gestão democrática dos conflitos e todo o processo de desenvolvimento econômico atende a alguns interesses, desatende a outros (...). A ideia da criação do ES em Ação é sair um pouco da estrutura das federações e dos sindicatos patronais, que são uma estrutura getulista, que ainda tem ou quer pouca representação. Por exemplo, você pega uma federação das indústrias e faz um histórico dos últimos 20 anos e [percebe] que ela nunca foi dirigida por um executivo de um grande negócio (...) pega a Vale do Rio do Rio Doce e vê qual a importância que ela tem na história do Espírito Santo, que você vai ver que representação ela ocupou nesses órgãos: nenhuma. Aí você pega a CST, (...) mesma coisa; você pega a Aracruz, mesma coisa. Então, nós tentamos trazer realmente os empreendimentos que dão direção à economia do Estado, e [ao fazê-lo] a gente então discute verdadeiramente quem tá dando os vetores principais da economia capixaba e organizar isso em uma ONG, porque nós somos uma ONG. Então, nós temos muita flexibilidade. Nós somos uma instituição da Sociedade Civil. (...) nós como ONG não queremos ocupar espaços que já estão ocupados. A nossa ideia é ocupar os espaços que não estão ocupados, esses espaços, por exemplo, da discussão mais densa da questão da democracia, para que nós nunca tenhamos mais uma aventura autoritária no Brasil, para que os empresários nunca mais apostem numa via como essa.

¹⁰ Cf. *Primeira Alteração do Estatuto Social do Movimento Empresarial do Espírito Santo*, abril de 2005. Disponível em <http://www.es-acao.org.br/esemacao/conselhodeliberativo/conselho_deliberativo.php>. Acessado em 23/09/2008.

Discutindo umas questões importantes, da passagem dos empresários para o campo da política (Sujeito 01. Entrevista realizada em 07/10/2008).

(...) nós somos uma organização não governamental. (...) Quando o ES em Ação nasceu, havia um certo vácuo de representação (empresarial), portanto, ele só nasceu por causa desse vácuo, né? Mas, na medida em que ele começou a atuar, fazia parte da sua atuação fazer com que esses vácuos desaparecessem, fazer com que essas entidades voltassem a ter representatividade (Sujeito 05. Entrevista realizada em 05/11/2008).

Da alegada subrepresentação política dos grandes empresários, os entrevistados e documentos consultados manifestam também o interesse em responder também por demandas mais amplas, relativas a toda a sociedade capixaba, num exercício de conciliação / costura de um projeto supra-classes, imprimindo, assim, um sentido político mais abrangente para suas ações. Neste sentido, apropria-se de bandeiras cuja legitimidade goza de unanimidade num país de excluídos, que saiu recentemente de um regime de exceção, como é o caso do Brasil. Aqui, o *status* de ONG vem ajudar na associação que se pretende fazer entre exclusão política do empresariado e direito de participação nos processos de tomada de decisões públicas.

O que diferencia o ES: ele já começou com uma pauta de preocupação ampliada, porque desde o início ele não pensa só na pauta do empresário. Ele pensa na pauta da sociedade, tá certo? Ele tem preocupação em ser um agente realmente forte e ativo da sociedade organizada e ajudar a organizar cada vez mais a sociedade. O ES em Ação, ele no momento do nascimento tem uma série de princípios que você deve conhecer, mas naquele momento era preciso enfatizar muito a questão da ética, a questão a convivência do privado com o público, isto estava muito deteriorado e o ES em Ação tem um trabalho já realizado nisso. (...) O ES em Ação ele pretendeu desde o seu nascedouro ser um guardião das boas iniciativas no estado. Não importa se do setor privado ou do setor público, mas em especial do setor público, porque uma observação atenta mostra que uma série de iniciativas boas tomadas em governos passados foi abandonada pelo sucessor. (...) A preocupação do ES em Ação é com o desenvolvimento sustentável. Dentro disso, nós queremos o maior bem-estar pra sociedade no Espírito Santo. Então isso tem IDH mais alto, um índice de higiene mais adequado e felizmente nós estamos assistindo isso, nos últimos anos, isso tem acontecido. Mas, o que nós queremos é que o ES seja um estado avançado, em que ele tenha níveis de desenvolvimento sustentável alto e que esse desenvolvimento seja bem distribuído por toda a sua população, que todos participem desse desenvolvimento (Sujeito 05).

Na verdade, o objetivo maior do movimento ES-Ação é a construção de condições favoráveis ao desenvolvimento econômico sustentável – desenvolvimento numa perspectiva de longo prazo, naturalmente um desenvolvimento com cunho social, de inclusão, de liberdade, logicamente, não é?, para o Brasil e para o Estado. É o objetivo estratégico principal do movimento empresarial ES-Ação, né? Agora, derivado desse objetivo estratégico, nós temos traçado objetivos que são orientados para esse fim, aí você atua no campo da política, no campo da economia, no campo das ideias, enfim, da articulação com outras instituições, das ações em rede, da questão da política e da cidadania, procurando, exatamente, criar essa ambiência favorável no campo da governança pública, no sentido de você atuar na direção de você ter instituições públicas qualificadas, dirigentes públicos qualificados; no campo das instituições privadas também, dirigentes qualificados, instituições que funcionem e atuem com qualidade; e no campo da política em si, representantes capazes de trabalhar no sentido do desenvolvimento do país e do Estado, né? Basicamente, esse é o campo de atuação do movimento empresarial ES-Ação (Sujeito 02. Entrevista realizada em 15/10/2008).

Note-se que desenvolvimento sustentável, ética, fortalecimento das instituições públicas, democracia são bandeiras cujo caráter difuso e transversal permite que encontrem eco tanto na população marginalizada, que luta pelos direitos econômicos, sociais e políticos mais elementares, como no empresariado que vem buscando, através do ES em Ação, aglutinar diferentes setores políticos e sociais. Contudo, por se tratar de uma organização que defende, em primeiro plano, a causa dos próprios membros (empresários), e por estes não se identificarem com os excluídos da sociedade, tal qual pensados pela literatura consultada (negros, mulheres, gays, drogados, vítimas de abuso sexual, sem-tetos etc. Cf. PINTO, 2006: 657), não seria razoável caracterizá-la como uma organização essencialmente preocupada com o *empoderamento* das camadas menos privilegiadas da população. Apesar disso, adota um discurso bem conhecido desse público, especialmente no que diz respeito a seus aspectos participacionistas.

Além da legitimidade social e política conferida pelo *status* de ONG, e tudo o que isto significa, este canal de intermediação de interesses permite o exercício de um tipo de representação política que evita os custos envolvidos nas disputas de interesses realizadas na arena partidária. Em relação a este aspecto, a entidade faz absoluta questão em se declarar apartidária, ainda apoiando-se na ideia de exclusão política — dessa vez não só dos empresários, mas também da sociedade de modo geral. Todavia, não exclui a possibilidade de diálogo com os políticos. Ao contrário, mantém encontros periódicos com as bancadas federal e estadual, a fim de inserir as necessidades e projetos do empresariado capixaba na pauta de discussão legislativa.

A gente não é um grupo político, então, a gente não tem vinculação política [leia-se: partidária]. A gente apóia Paulo [Hartung] como apóia tratar com o prefeito daqui [de Vitória] ou da Serra. Quem quiser trabalhar bem, a gente procura. E até procura ajudar a trabalhar bem (Sujeito 04. Entrevista realizada em 16/12/2008).

Com os partidos políticos nós temos relações através daquelas reuniões periódicas com suas bancadas, fora isso, não temos nada (Sujeito 01).

Então, a relação com os partidos é bem institucional, é uma relação democrática; aliança mesmo, não, em absoluto, até porque, por princípio, o movimento é apartidário. Então, os partidos são veículos, mas não parceiros. Mas eles servem de apoio (Sujeito 02).

Nós não temos relacionamento diretamente com os partidos, mas sim com as bancadas. Por quê? O que a gente percebia no passado é que as coisas aconteciam aqui, principalmente na esfera federal, *sem que os capixabas tomassem conhecimento*: ninguém procurava saber por que uma estrada não estava acontecendo, porque que os orçamentos não eram cumpridos, uma ampliação de porto, uma dragagem, uma ampliação do aeroporto, *essas coisas, elas não faziam parte do debate político com a sociedade capixaba*: ficava restrito a Brasília. E nós nos propusemos a essa interação não só com a Assembléia Legislativa, mas com a bancada federal, no sentido de discutir orçamento, projetos estruturantes necessários para o estado. A partir daí, tem uma agenda de discussão com a bancada da câmara dos deputados federais e dos senadores e também até para eles conhecerem os projetos que eram debatidos na nossa entidade, que de certa forma envolve grande parte da sociedade capixaba (Sujeito 03. Entrevista realizada em 16/10/2008).

Ao mesmo tempo em que a opção pelo apartidarismo poupa a instituição de investimentos, por exemplo, na formação de quadros capazes de conquistar cargos eletivos, por meio dos quais seria feita a defesa de seus interesses, ela justifica a abertura a existência de outros canais de diálogo com o poder público. No caso do ES em Ação, trata-se de uma interlocução privilegiada com o Executivo capixaba que, ao dispensar a participação de outros atores sociais (partidos, sindicatos, classes trabalhadoras), consegue um tratamento diferenciado para os interesses empresariais, que assumem *status* de reivindicações do próprio Estado ou mesmo do povo capixaba.

(...) pessoas com as quais nós mantemos conversas, relações de maior intensidade, eu diria, no Executivo, você tem um papo com o governador Paulo Hartung, que desde o início tem – até antes do governo – ele tem sido um parceiro (...); secretários têm tido relação com o movimento – o próprio Ricardo Ferraço [vice-governador] tem tido uma relação muito grande –, o próprio secretário de agricultura – o Colnago, sem dúvida alguma; agora, o Zé Eduardo, que nós estamos trabalhando numa cooperação público-privado na gestão do 2025 – porque o [Plano] 2025 tem projetos que são de matrizes exclusivamente pública, setor público, que é do Governo, orçamento, PTA etc. e você tem projetos que são de natureza privada ou público-privado: ferrovia, rodovia, portos privados, portos públicos, a BR-101, Rodosol, pólo de Ubú, siderúrgica de Ubú, porto de Barra do Riacho. São projetos cujas decisões são de natureza privada. Por exemplo, Pólo de Ubú: a ideia do Pólo de Ubú é uma ideia que surgiu dentro do 2025, mas a decisão de investir ali, no projeto de siderurgia, é uma decisão privada – a Vale com a Baosteel. Se vai ocorrer ou não vai ocorrer é uma decisão privada. O Governo e o movimento atuam no sentido de preparar a ambiência para que ele ocorra obedecendo todas as normas e exigências legais e que ali tenha também as condições adequadas pra que a população não seja prejudicada (...). Então, nessa relação com o governo, o movimento funciona também articuladamente com ele, basicamente com o secretário José Eduardo, o secretário de planejamento. Tem relação também com o secretário Guilherme Dias, que é o do Desenvolvimento, mais especificamente no caso do pólo (Sujeito 02).

Nesse momento, por exemplo, numa parceria público privado, o ES-Ação desenvolve o projeto de análise, que chama de Análise Ambiental Estratégica para a implantação do pólo de Anchieta; desenvolve um projeto chamado PELTES (Programa Estadual de Transporte e Logística), enfim, trabalha na alteração desses processos. A gente também vem discutindo, internamente, com o Governo estadual e com o Governo federal algumas coisas importantes, por exemplo, a instalação em uma área de preservação no município de Aracruz, que inicialmente era muito ampla e impedia atividades econômicas importantes para o estado naquela região: impedia exploração de petróleo, impedia as barcas da CST de se locomoverem, levando os produtos para Santa Catarina, enfim, nós mantivemos essa discussão localmente, com o Ministério Público local, com o Ministério Público federal, e montamos um processo e entramos judicialmente contra a criação disso, pra discutir uma alternativa. (...) não que não tenha que ser criado uma unidade de conservação, ninguém é contra isso – mas não uma unidade que impedisse o crescimento econômico daquela região (Sujeito 01).

Em certas ocasiões, o estreito relacionamento tornou nebulosa a tênue linha que separa a parceria e a cooperação com o Governo do desempenho de funções próprias da máquina administrativa, como definição do investimento público, por exemplo¹¹. A questão da

¹¹ De certa forma, a confusão de papéis é reconhecida por um dos membros do ES em Ação, utilizando outros termos: “(...) nós temos muita preocupação em sermos extremamente cooperativos, colaboradores dos governos: estadual e os

participação na reconstrução das instituições públicas já estava colocada desde a origem do Movimento em 2003, pois houve um entendimento inicial de que o estado do ES estaria à beira do caos político, moral e econômico. A partir desse diagnóstico, colocou-se como suporte do processo de “restauração do ES” – contribuindo não apenas do ponto de vista tecnológico e gerencial, mas também financeiramente – e, num segundo momento, como parceiro governamental no fomento de políticas públicas para o empresariado e para a sociedade como um todo.

Quando nós começamos, em curto prazo, nós tivemos uma visão absolutamente política, ou seja, era preciso ajudar a vencer aquele quadro que estava montado no ES: de uma Assembléia Legislativa de péssima qualidade, de um Governo estadual envolvido na corrupção, enfim, era preciso orientar, discutir, ter uma ação conjunta para, no campo da política, a gente superar essa crise de representação. Um segundo movimento no início da primeira gestão do governador Paulo Hartung, a instituição achou que o caminho era dar um apoio ao governo estadual. Então nós, em muitos momentos, ajudamos a reconstruir instituições. Por exemplo, toda a área ambiental do governo do estado estava entregue ao que havia de mais grave no estado, em termos de corrupção: IBAMA, IEMA, tudo isso. Havia um sucateamento físico disso: falta de computador, falta de tudo. Então, no primeiro momento, em áreas específicas, foi dado suporte financeiro e tecnológico e gerencial, para que algumas coisas pudessem acontecer. E isso aconteceu também na reforma do sistema carcerário, que era uma crise muito grande, na compra de alguns equipamentos hospitalares. Nós ajudamos no Dório Silva, na construção do presídio de Cachoeiro, na compra de equipamentos para a secretaria de segurança, aquele CIODES. Depois o estado se organizou financeiramente e a gente passou a ser parceiros em projetos de desenvolvimento (Sujeito 01).

Assentados no discurso da democratização da participação política, de união de esforços para a reconstrução do Estado, as práticas políticas do Espírito Santo em Ação no sentido de capitanear, ao lado da sociedade civil, o processo de tomada de decisões públicas ficam de certo modo mascaradas pela leitura de que todos são igualmente convidados a contribuir para o processo decisório. Neste sentido, há que se ponderar sobre as condições estruturais para se promover um nível de participação política equivalente entre instituições que representam classes sociais distintas e, por isso, assumem funções e recebem atenções diferenciadas por parte do Estado.

Comparando associações de trabalhadores e de empresários quanto aos fatores que estruturam a forma como se organizam internamente e como se posicionam diante do Estado e de seus beneficiários, Claus Offe e Helmut Wiesenthal (1984: 79-80) concluem que nos Estados capitalistas, o capital goza de uma posição política privilegiada, na qual é *convidado* a participar do sistema político, sem precisar fazer grandes esforços para tanto, uma vez que “... o Estado depende do florescimento do processo de acumulação...” para garantir investimento.

municipais; mas não queremos de maneira alguma ser identificados como ferramenta e instrumento de governo pra que as coisas aconteçam. (...) É uma dificuldade porque um governo inteligente acaba percebendo o potencial de contribuição do Movimento, né, e a gente tem tido muita facilidade em conversar com o governo do estado, com os governos municipais, não é? Mas a gente faz muita força pra que não sejamos entendidos como uma entidade chapa branca. E essa linha é muito tênue, tá certo, da colaboração forte e grande, né, e da submissão” (sujeito 05).

Neste sentido, as comunicações e interlocuções entre associações empresarias e Estado, diferentemente do que ocorre com sindicatos de trabalhadores, são *publicamente menos visíveis*, pois têm uma necessidade menor de mobilizar apoios externos; *mais técnicas*, pois o que seria politicamente “desejável” não precisa ser defendido e legitimado, sendo tomado como pressuposto da ação pública (ex.: fim dos gargalos logísticos da economia capixaba); *mais universais*, pois as associações empresarias podem falar em nome de todos aqueles interesses que, para serem realizados, dependem de uma taxa de acumulação sadia e contínua; e *negativas*, uma vez que o Governo tem que considerar desejável aquilo que o é para o capital, restando a este apenas adverti-lo do que pode ser prejudicial, imprudente, inoportuno aos seus interesses.

(...) a reformulação do que a gente quer do Espírito Santo, nós conseguimos com o Governo do Estado fazer o [Plano] 2025. Isso eu acho que foi uma maior vitória nossa no movimento empresarial: primeiro de criar... você quer ver uma coisa? Todo governo tem um Conselho de Desenvolvimento. Eu participei de uns 10, tá? Então, no começo do Governo José Ignácio, só pra citar um último exemplo, criou um Conselho, tinha até gente de fora e tal, fomos lá, fizemos uma reunião, o governador falou que queria colaboração, então nunca mais se reuniu. Bom, então quando chegou o começo do governo do Paulo [Hartung], Paulo quis criar um conselho – nós estávamos com uma mentalidade completamente diferente. Aí, nós sugerimos a Paulo que não criasse, que usasse o movimento empresarial como um órgão que ele podia trocar ideia, receber sugestões e tudo. Eu acho que esse trabalho a gente tem feito muito bem, tá? (Sujeito 04).

Com base nos discursos analisados até o momento sobre a movimentação empreendida pelo ES em Ação no âmbito da sociedade civil capixaba, por um lado, e na sua articulação e parceria com o Governo estadual, por outro, tal comportamento parece revelar grande aproximação com o conceito de *hegemonia cultural* de Antonio Gramsci (1891-1937). Vale ressaltar que, na acepção de Gramsci, de acordo com Dênis Moraes (2011) há uma estreita conexão entre o imaginário social e a hegemonia cultural. O que significa dizer que tal relação é perpassada por questões essenciais à compreensão dos jogos de consenso e dissenso que caracterizam e condicionam a produção de sentido na sociedade contemporânea. Isto porque o processo de construção da hegemonia não se realiza de forma monolítica, e sim como resultante das relações de forças entre blocos sociais atuantes em determinado contexto histórico. Neste sentido, Moraes (2011) esclarece que:

Ao examinar as tensões entre as forças sociais, estamos penetrando no campo das batalhas ideológicas pela conquista da hegemonia cultural. O domínio do imaginário coletivo funda-se na identidade de princípios com as comunidades de sentido, que forjam as linhas de influência em dada conjuntura. Para Antonio Gramsci, hegemonia caracteriza a liderança cultural-ideológica de uma classe sobre as outras. As formas históricas da hegemonia nem sempre são as mesmas e variam conforme a natureza das forças sociais que a exercem. Os mundos imaginários funcionam como matéria

espiritual para se alcançar um consenso reordenador das relações sociais, conseqüentemente orientado para a transformação.

Ademais, ressalta que o processo de constituição de uma hegemonia é historicamente longo, e ocupa diversas dimensões das superestruturas. Segundo Gramsci, tal processo pode (e deve) ser preparado por uma classe que lidera a constituição de um *bloco histórico* (por meio de ampla e durável aliança de classes e frações). A ótica de Gramsci, no entanto, é no sentido da mudança que conduza a processos contra-hegemônicos, via emancipação das classes subalternas. Por isso, para ele a modificação da estrutura social deve ser precedida por uma revolução cultural que, progressivamente, incorpore camadas e grupos ao movimento racional de emancipação social. Desse modo, a noção de hegemonia comporta espaços de lutas e deslocamentos em seu próprio interior, notadamente os que se expressam nos campos cultural e comunicacional.

Por esta leitura, a hegemonia cultural expressa a capacidade de determinada classe em manter unificado o heterogêneo conjunto de forças sociais por meio de sua ação no campo ideológico, cultural e moral. Tal ação consiste basicamente na subordinação intelectual das classes subalternizadas, através da persuasão (processos comunicacionais) e da educação (ação pedagógica), no sentido destas ignorarem a realidade de sua classe social e interiorizarem a concepção de mundo difundida pela classe dominante. Para tanto, é necessário que esta se apresente como representante dos interesses e valores de toda a sociedade, bem como, enquanto a classe capaz de dirigir, de solucionar seus problemas, a fim de obter o consentimento voluntário e a anuência espontânea da mesma para sua condição de supremacia (RUMMERT, 2004).

Por outro lado, candidatar-se à classe dirigente pressupõe ainda assumir reivindicações das demais classes como se fossem suas, sem, contudo, abrir mão de seu projeto fundamental de classe (Ibidem). Conforme vimos, o ES em Ação também se coloca na posição de trabalhar em favor dos interesses do estado e da sociedade capixaba, os quais coincidem, em sua visão, com os seus próprios.

De maneira bem esquemática, podemos dizer que a construção da hegemonia implica em três momentos, basicamente: o primeiro envolvendo a problemática da constituição de classe (construção de uma identidade própria e de um projeto político coeso), o segundo envolvendo a construção do consenso social em torno do projeto político-econômico e da visão de mundo dominantes (função hegemônica de direção) e o terceiro, a conquista do poder governativo (função coercitiva de dominação, aliada ao aspecto consensual / diretivo).

A análise dos discursos expressos por membros fundadores do ES em Ação evidencia de forma inequívoca o sentido das ações estratégicas da entidade em relação aos dois primeiros

momentos de construção de sua hegemonia. No que concerne ao terceiro momento, embora não revele o interesse direto na direção do Estado – ao menos num primeiro momento ou declaradamente – a entidade busca uma posição de protagonismo no processo de direção política do Espírito Santo ao lado do Governo estadual, organizando o empresariado e agregando outras instituições civis a este processo. Senão vejamos os discursos:

(...) a ideia do comitê de política é uma ideia de, primeiro, discutir com as empresas o campo da política, na sua extensão mais ampla. Esse campo envolve relações com a comunidade, relações com o sistema político, e ao discutir, tentar dar às empresas uma orientação de ação coletiva. Mais do que tentar ser mais importante que todos é ver os pontos em comum, ou seja, construir um fórum, [no qual] a gente consiga resolver problemas comuns no campo da negociação (Sujeito 01).

Aqui no ES, nós temos conseguido, em muitos momentos, ir juntos: a gente tem uma coisa que estamos chamando de Fórum das Federações: ES em Ação, mais Federação do Transporte, Federação das Indústrias, Federação da Agricultura, Federação do Comércio. Esse fórum, então, se organizou e tem conseguido fazer algumas ações conjuntas. Houve um momento em que houve uma crise, envolvendo a constituição daquela unidade de conservação em Santa Cruz, que houve uma manifestação conjunta; houve um outro movimento com a AMUNES, inclusive, a associação de prefeitos; houve um momento em que houve uma crise muito forte lá com os indígenas e aí até resultou na invasão da fábrica, do porto, paralisação, e houve uma nota conjunta; enfim, quando um valor da sociedade de mercado ou um valor da lógica democrática é rompido, várias instituições conseguem se organizar. (...) Eu acho que no plano da cúpula das federações nós já conseguimos caminhar bastante. Inclusive esse fórum das federações reúne-se frequentemente com autoridades. Você tem um problema grave, por exemplo, de fornecimento de energia. Ao invés de ir ao ministro de minas e energia só uma federação, você vai ao fórum das federações. Isso dá mais força (Sujeito 01).

Olha, a gente trabalha também com as entidades, digamos, oficiais diversas: Federação das Indústrias, Federação do Comércio... *E procurou fazer com que essas entidades também tenham uma linha de pensamento semelhante ao que a gente tem no movimento*, porque lá é um campo de diálogo, você tem todas as atividades empresariais envolvidas, eu acho que dá um reflexo melhor (Sujeito 04 – grifo nosso).

No campo da política, nós temos atuado em rede com instituições do tipo Transparência Capixaba, com igrejas, com outras instituições privadas, Federação da Indústria, Federação do Comércio, etc., no sentido da rede de cidadania, que normalmente é mais acionada no período eleitoral. No campo da economia, o projeto mais importante era construir ou elaborar – na verdade, é construir, e essa construção sempre foi colocada no sentido do coletivo – um projeto para o ES. Esse foi o primeiro objetivo do movimento e o movimento, inclusive, tinha uma proposta inicial de elaboração de um projeto de desenvolvimento do estado, que depois de discussões com o Governo, nós passamos a atuar junto com o Governo, aí deu origem ao Espírito Santo 2025, que é um projeto de convergência de interesses tanto do setor privado quanto do setor público. (...) Por outro lado, as ações e as articulações do movimento com outras instituições também tomam como referência o mesmo documento (Sujeito 02).

A *relação pedagógica* que caracteriza o papel dirigente da classe dominante sobre as demais também está presente nas ações empreendidas pelo ES em Ação no campo da educação formal. Com o objetivo de qualificar mão de obra técnica e, com isto, atender às demandas dos empreendimentos privados do Espírito Santo, a organização, em parceria com a SEDU, desenvolveu o Plano Emergencial de Qualificação Profissional (o Bolsa SEDU), pelo qual

foram viabilizadas 1.200 bolsas em 2009 e 1.600 em 2010 em cursos profissionalizantes (automação industrial, mecânica, eletrônica, química, petróleo e gás, enfermagens, edificações, etc.) para alunos carentes. Por outro lado, concebeu o projeto *Líderes do Amanhã*, previsto para funcionar a partir do primeiro semestre de 2010, o qual apoiará a formação política, filosófica, econômica, gerencial e ética de novas lideranças empresariais (Relatório Anual de Atividades 2009, p. 16).

No sentido mais amplo do caráter pedagógico da relação hegemônica, isto é, no que diz respeito à apropriação de concepções de mundo dominantes por parte das classes subalternizadas, difundidas pelos aparelhos de hegemonia, o Movimento se apresenta como instituição-síntese da modernidade política pós-ditadura, cujo discurso sobre democracia e representação exploram palavras/expressões como convergência social, cidadania/cidadãos e cliente, capazes de amalgamar diferenças sociais e imprimir sentido coletivo às ações políticas dos mesmos, sem rechaçar a possibilidade de ser o *orientador* de tal processo.

O papel do ES em Ação é buscar a convergência social dos atores públicos, despertando e valorizando a construção e o exercício da cidadania. O objetivo é orientar os cidadãos a exercerem a cidadania moderna, que não se restringe ao voto. Implica, sim, um papel atuante dentro de um regime democrático e participativo. O cidadão moderno deve ser o cliente do setor público, exigindo postura adequada de seus representantes nas diversas esferas de poder. Neste contexto, o ES em Ação projeta ações tais como o Prêmio Excelência Municipal, que visa reconhecer as melhores práticas de gestão pública dos municípios (Walter Lídio Nunes, presidente. Relatório Anual 2009, p. 04).

Depreende-se, portanto, das análises precedentes que no contexto das lutas sociais pela democratização e institucionalização da participação social, no Brasil, e considerando a baixa presença de forças sociais em condições de catalisar o discurso característico das modernas sociedades poliárquicas, o ES em Ação, vem ocupando este espaço. Desse modo, vem construindo sua visão hegemônica de como conduzir os destinos do estado do Espírito Santo, e de forma indireta vem dirigindo a construção desse percurso, moldado pela lógica dos grandes interesses econômicos aqui constituídos.

5. Considerações finais

O Movimento Empresarial ES em Ação surgiu num momento de turbulência política gerado em parte, como os fundadores enfatizam, pela omissão dos grandes negócios no processo político estadual. Em sintonia com este pensamento, a instituição tem se empenhado em construir amplas articulações e parcerias com os poderes públicos e com importantes instituições locais – em especial com entidades corporativas patronais de abrangência estadual e aquelas identificadas com lutas sociais difusas. Nesse sentido, e considerando que os beneficiários imediatos de suas ações – os empresários – constituem um poderoso ator social local, a

instituição tem gozado de grande êxito na publicização de suas demandas, isto é, na captação da atenção da opinião pública para as reivindicações que quer legitimar e ver concretizadas – entre elas, por exemplo, a questão dos gargalos de investimentos em infraestrutura que emperram o desenvolvimento das principais cadeias produtivas do Espírito Santo.

A compreensão do caráter mais profundo desse processo de construção de hegemonia cultural e política no âmbito do estado do Espírito Santo, em pleno século 21, pela fração internacionalizada do grande capital tem suas raízes no próprio desenvolvimento tardio do capitalismo, no Brasil. Neste cenário, a ausência de forças sociais hegemônicas no ES expressa a forma como, desde a colonização até hoje, o estado foi inserido de forma subalterna nas conexões dominantes do processo de desenvolvimento brasileiro.

Desse prisma, como estado da região sudeste, com posição privilegiada na geografia da região, para acesso aos mercados nacionais e internacionais, ele não se constituiu como lócus privilegiado para os investimentos privados e públicos dos diversos ciclos pretéritos de desenvolvimento da economia brasileira. Com isso, as mudanças derivadas da generalização das relações de produção capitalista, ocorridas no Brasil, **não se fizeram presentes** na mesma intensidade ou no mesmo ritmo com que este mesmo processo se verificou nos demais estados da região sudeste — São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Tanto na fase do padrão sócio-técnico que organizou as relações sociais de produção e de dominação que predominou durante o período da economia primário-exportadora, como no período pós Segunda Guerra Mundial, em que o Brasil aprofundou sua rota de desenvolvimento capitalista inserindo-se no padrão técnico organizativo da chamada segunda Revolução Industrial, o espaço local do ES, permaneceu à margem das transformações dinâmicas resultantes desse processo. Ou melhor, foi sendo inserido muito marginalmente de forma subalterna.

Como resultante, sobretudo a partir do final anos de 1930, que marcam a entrada do Brasil no desenvolvimento industrial, as elites políticas e econômicas do Espírito Santo não foram capazes de se constituírem em bloco hegemônico com força suficiente para inclusão na rota do desenvolvimento que então se inaugurava. Com uma economia de reduzida magnitude e baixa densidade demográfica a autonomia obtida pelo interventor varguista não foi capaz de carrear recursos para qualquer tipo de transformação estratégica da realidade capixaba. Sobre este aspecto André Pereira destaca que:

A trajetória capixaba é marcada pela incapacidade de sua elite dirigente em alterar o *status quo* local a partir de projetos elaborados por ela e recursos sob seu controle (ou acesso a recursos externos por meio de sua projeção nacional). Houve tentativas neste sentido, mas as condições econômicas gerais aliadas ao horizonte estreito das lideranças

em uma sociedade com baixo nível de diferenciação interna, de auto-organização e de confronto ideológico, não foram favoráveis a que fossem gerados os meios para que o Estado ocupasse posição de destaque nas diferentes fases de sua história no plano nacional e sequer para que houvesse mudanças profundas determinadas por fatores internos. Isto é assim até hoje (PEREIRA, 2011, p.12).

Respaldo em ampla análise da trajetória do desenvolvimento capitalista no espaço do estado do ES, André Pereira (2011) defende a tese da incapacidade de as elites econômicas e políticas capixabas se constituírem enquanto elites hegemônicas via liderança cultural-ideológica e política de uma classe sobre as outras. Em suas palavras:

“a elite local não foi e não é capaz de agir de maneira pró-ativa por causa da relação com as bases sociais, por causa da capacidade limitada do aparelho de Estado regional e pelo peso das grandes empresas e dos processos irreversíveis que elas desencadearam ao longo do tempo. O caráter secundário da elite dirigente local e a alienação dos agentes principais da modernização com relação à sociedade capixaba gerou um mix que combinou processos econômicos de integração com o sistema capitalista internacional juntamente com formas oligárquicas de dominação política. (...) a elite dirigente local continua sendo, basicamente, formada por lideranças oligárquicas, com bases geograficamente restritas. Assim, como na época da monocultura do café, não há grupo dirigente com base de apoio suficientemente ampla para se impor aos outros sem formas de mediação de interesses entre as oligarquias. Houve rotatividade de elites, mas o modelo de base não mudou” (PEREIRA, 2011, p.23 – grifos do autor).

Os traços das configurações sociais e políticas constituídas no Espírito Santo ao longo de sua trajetória de desenvolvimento, se por um lado evidenciam a magnitude das profundas desigualdades que foram sendo gestadas e não processadas ao longo dos ciclos pretéritos, por outro, mostram como, no ciclo atual da chamada sociedade do conhecimento e da lógica da era da informação (CASTELLS, 2003), vem se processando a construção de um bloco hegemônico no ES, liderado pela fração do grande capital internacionalizado, ainda que travestido de OGN.

Referências

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. Além do Corporativismo: interesses organizados e democratização. In: SOLA, Lourdes; PAULANI, Leda M. (orgs.). **Lições da década de 80**. São Paulo: Edusp; Genebra: UNRISD, 1995, p. 171-192.

ALVAREZ, S. E.; DAGNINO, E.; ESCOBAR, A. (Orgs.). **Cultura e Política nos Movimentos Sociais Latino-Americanos**. Belo Horizonte: UFMG, 2003

AVRITZER, L. Reforma Política e Participação no Brasil. In: AVRITZER, L. ANASTASIA, F. (Org.). **Reforma Política no Brasil**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2006, p.35-43

AVRITZER, L. Instituições participativas e desenho institucional: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático. **Opinião Pública**, Campinas, vol. 14, nº 1, Junho, 2008, p.43-64

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS. **Um novo marco legal para as ONGs no Brasil** - fortalecendo a cidadania e a participação democrática, 2007.

BUCCI-GLUCKSMANN, Christinne. **Gramsci e o Estado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

COSTA, Sérgio. **As Cores de Ercília: esfera pública, democracia, configurações pós-nacionais**. Editora UFMG. Belo Horizonte. 2002.

DAGNINO, E. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. In: ____ (Org.) **Anos 90: política e sociedade no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 105-115.

DAGNINO, E. Sociedade civil, espaços públicos e a construção democrática no Brasil. In ____ (Org.) **Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p. 279-301.

DAGNINO, E; OLVERA, A.J.; PANFICHI, A. (Orgs.). **A disputa pela construção democrática na América Latina**. São Paulo : Paz e Terra. Campinas, SP: Unicamp, 2006

DINIZ, Eli. **As Elites Empresariais e a Nova República**: corporativismo, democracia e reformas liberais no Brasil dos anos 90. Ensaios FEE. Porto Alegre, 1996, p. 55-79.

_____. A busca de um novo modelo econômico: Padrões alternativos de articulação público-privado. **Revista de Sociologia e Política**, nº 14, Curitiba, junho de 2000, p. 7-28.

DINIZ, Eli; BOSCHI, Renato. Reconfiguração do Mundo Empresarial: Associações de Representação de Interesses, Lideranças e Ação Política. **XXV Encontro Anual da ANPOCS**, Caxambu, MG, 16 a 20 de outubro de 2001.

DOIMO, Ana. **A vez e a voz do popular**: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: Anpocs, 1995.

ESPÍRITO SANTO EM AÇÃO. **Relatório Anual 2006/2007**, Atividades Ano IV.

_____. **Relatório Anual 2007/2008**, Atividades Ano V.

_____. **Relatório Anual 2009**, Atividades Ano VI.

_____. **Primeira Alteração do Estatuto Social do Movimento Empresarial do Espírito Santo**, abril de 2005. Disponível em <<http://www.es-acao.org.br/esemacao/conselhodeliberativo>>. Acesso em 23 de setembro de 2008.

GURZA LAVALLE, Adrián. *Sem pena nem glória*. O debate da sociedade civil nos anos 1990. **Novos Estudos**, São Paulo: Cebrap, n. 66, 2003, p. 91-110.

_____; CASTELLO, Graziela. Sociedade Civil, Representação e a Dupla Face da *Accountability*: Cidade do México e São Paulo. **Caderno CRH**, Salvador, v. 21, n. 52, Jan./Abr. 2008, p. 67-86.

HOCHSTETLER, Kathryn; FRIEDMAN, Elisabeth Jay. Representação, Partidos e Sociedade Civil na Argentina e no Brasil. **Caderno CRH**, Salvador, v. 21, n. 52, Jan./Abr. 2008, p. 47-66.

LUBAMBO, Catia; COÊLHO, Denilson Bandeira; Melo, Marcus André (Orgs.). **Desenho Institucional e participação Política**: experiências no Brasil contemporâneo. Petrópolis: Rio de Janeiro: Vozes, 2005.

LÜCHMANN, Lígia Helena Hahn. Participação e representação nos Conselhos Gestores e no Orçamento Participativo. **Caderno CRH**, Salvador, v. 21, n. 52, p. 87-97, Jan./Abr. 2008.

MORAES, Dênis. **Notas sobre o imaginário social e hegemonia cultural**. Disponível em: <<http://www.artnet.com.br/gramsci/arquiv44.htm>>. Acesso em 11 de maio de 2011.

MANCUSO, Wagner Pralon; OLIVEIRA, Amâncio Jorge de. Abertura Econômica, Empresariado e Política: Os Planos Doméstico e Internacional. **Revista Lua Nova**, nº 69. São Paulo, 2006, p. 147-172.

OFFE, Claus; WIESENTHAL, Helmut. Duas lógicas da ação coletiva: notas teóricas sobre a classe social e a forma de organização. In: OFFE, Claus. **Problemas estruturais do Estado capitalista**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984, p. 56-118

PLANO DE DESENVOLVIMENTO ESPÍRITO SANTO 2025: **Síntese do Plano. Espírito Santo**: Macroplan, 2006. Disponível em: <http://www.espiritosanto2025.com.br/novo/projeto_docs/ES2025V1Sintese.pdf>. Acesso em: 04 de dezembro de 2008.

PEREIRA, André. *Mais do Mesmo: o reforço da integração subordinada do Espírito Santo no Sistema Capitalista Internacional*. Paper apresentado na Mesa: O Global e o Local: Interações e Conexões do Desenvolvimento do Estado do Espírito Santo. **I Fórum PRE-ALAS VIX-2011 UFES**, 16 e 17/05/2011.

PINTO, Céli Regina Jardim. As ONGs e a política no Brasil: presença de novos atores. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, vol. 49, n. 03. Rio de Janeiro, 2006, p. 651-670.

POULANTZAS, Nicos. **Poder político e classes sociais**. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

RUMMERT, Sonia Maria. **Aspirações, interesses e identidade dos trabalhadores**. Elementos essenciais à construção da hegemonia. Disponível em <<http://www.uff.br/trabalhonecessario/TN02%20RUMMERT,%20S..pdf>>. Acesso em 18/04/2011.

TELLES, V. Sociedade civil e a construção de espaços públicos. In DAGNINO, E. **Anos 90: política e sociedade no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1994a, p. 91-102.

TELLES, V. Sociedade Civil, Direitos e Espaço Público. In: **Participação Popular nos Governos Locais**. São Paulo: Instituto Pólis, nº 14, 1994b, p. 43-53.